

# Relações entre Estados Unidos e Rússia hoje

Lenina Pomeranz<sup>1</sup>

**A**S RELAÇÕES entre os Estados Unidos e a Rússia são de natureza conflituosa, desde a ascensão de W. Putin à presidência da Federação da Rússia. E são assimétricas, no sentido da inferioridade da Rússia, em suas dimensões econômica e militar, embora ocupe lugar importante no mercado energético e detenha poderoso arsenal nuclear.

Isso não obstante, o foco da temática relativa à Rússia na mídia ocidental demoniza V. Putin, entendendo como agressiva sua política externa. Os argumentos utilizados referem-se à atuação da Rússia, no sentido do estreitamento das relações com os países de sua esfera de influência, ex-repúblicas da URSS, com alguns dos quais criou uma União Econômica Eurasiana; e à anexação da Crimeia à Rússia e o apoio que é por ela dado aos rebeldes ucranianos das auto-proclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, no sudeste do país, à sua reivindicação de autonomia em relação ao governo central. Cabe ressaltar que essa autonomia foi objeto do Protocolo Minsk II, assinado em fevereiro de 2015, por Alemanha, França, Rússia, Ucrânia, e por representantes das referidas repúblicas. Até mesmo durante a campanha eleitoral que elegeu Trump à presidência dos Estados Unidos, Putin foi acusado, sem provas e/ou evidências concretas, de promover *hackers* para invadirem computadores do Partido Democrata e influírem nos resultados do processo eleitoral democrático dos Estados Unidos. Acusação que é motivo de

comissões de inquérito e continua como foco da imprensa americana correntemente.

Nesse contexto, para alguns analistas russos e americanos, nunca as relações entre os dois países estiveram num nível tão baixo. Razão pela qual, configura-se muito oportuna a publicação, em finais de 2016, do livro de Dmitri Trenin, diretor do Carnegie Endowment – escritório de Moscou, *Should we fear Rússia?* Situando-se entre os 20% da população russa que se estimam apoiem uma política externa mais voltada para o Ocidente, Trenin diz pretender tratar do assunto da política externa da Rússia, a partir da análise dos interesses da Rússia como esta os vê, de molde a entendê-los e, assim, definir o referencial para a formulação de novas e construtivas relações entre os dois países e entre a Rússia e o Ocidente.

Trenin estrutura a sua análise em três momentos: i) os medos que a política externa da Rússia alimenta; ii) o que pretende e realmente quer a Rússia; e iii) avaliação dos resultados da política ocidental *vis-à-vis* a Rússia. A partir dessa análise sugere mudanças nesta última, afirmando que existem fortes razões para cooperação do Ocidente com a Rússia em áreas selecionadas, como a não proliferação de armas de destruição em massa e a luta internacional contra o extremismo islâmico.

Trenin trata de cada um dos medos do Ocidente, que descreve como sendo: revivência de intenções imperialistas, uso

da força, restauração do poderio militar, emprego combinado de meios militares, paramilitares e não militares no apoio aos seus objetivos políticos, utilização da energia como arma, capacidades cibernéticas, sua visão de que os Estados Unidos e a OTAN constituem uma ameaça para a Rússia, ceticismo europeu, esferas de influência declinantes, a utilização de russos vivendo no exterior, agentes influentes, autoritarismo e cleptocracia russos, afastamento da, ao invés de, integração à Europa, tratamento dado ao papel da URSS na Segunda Guerra Mundial. A partir da análise feita, ele refuta a existência de uma segunda guerra fria (geopolítica e de informação) e considera infundados esses medos; segundo ele, eles são sem fundamento. As razões que aventa para justificar sua tese, além dos argumentos emitidos durante o tratamento de cada um dos tais temores, são: o quadro em que se configuram esses temores não existe mais e não têm chance de emergir no futuro, a Rússia é outra; a Rússia não tem recursos nem ambição de conquistar os vizinhos; seu autoritarismo é nacional, não internacional; seu sistema econômico tem graves problemas estruturais, e sua ideologia é nacionalista, não internacionalista. A ocorrência de grave crise política pode provocar o caos interno com repercussões internacionais. A Rússia, pois, segundo ele, não deve ser temida, mas tratada com cuidado.

Quanto ao que pretende e realmente quer a Rússia, segundo o autor, são basicamente duas coisas: a) manter a integridade do país; b) eliminar as restrições que lhe são impostas pelo sistema pós-guerra fria e tornar-se indispensável nas questões relativas à guerra e à paz nas áreas por elas afetadas. Em termos

geoestratégicos a Rússia considera-se um ator mundial, recusando-se a aceitar a classificação como poder regional. Os argumentos em que se apoia são sua imensidão territorial e demográfica, além de constituir um dos únicos três poderes militares independentes (junto com Estados Unidos e China). A rebelião russa contra a ordem pós-guerra fria não vai contra a tendência geopolítica vigente, na medida em que a hegemonia norte-americana está dando lugar ao surgimento de novos e importantes atores no cenário internacional (China, Índia, Irã, Arábia Saudita).

Ouvida a Rússia, através de entrevista concedida pelo secretário do Conselho de Segurança da Rússia, Nikolai Patrushev [SPUTNIK, 1.11.2016] a visão do país no que concerne ao complexo quadro da segurança internacional “inclui a primazia da lei internacional, a prioridade de solução pacífica de conflitos no âmbito das organizações internacionais, lideradas pela ONU, a inadmissibilidade de acordos laterais e de ações unilaterais, políticas de bloco, e a não aceitação de interferências nas questões internas de estados soberanos”. Especificamente no que concerne às relações com os Estados Unidos, ele admite que uma cooperação construtiva é possível e desejável, dependendo de uma única condição: respeito mútuo pelos interesses de ambos, Estados Unidos e Rússia. No centro de uma melhoria das relações entre os dois países coloca-se uma revisão da política da OTAN em relação à Rússia.

Voltando a Trenin, e à sua avaliação da política elaborada pelos Estados Unidos, o enfrentamento da Rússia baseia-se num novo agressivo enfoque para a atuação da OTAN e compreende: a) *Iso-lamento político*: esse foi superado pelo

esforço diplomático realizado em múltiplas viagens do presidente Putin, através do qual estabeleceu contatos que se relacionam a questões que não podem ser resolvidas sem a participação da Rússia (Ucrânia, Irã, Síria) e aumentou seus vínculos com países não ocidentais. b) *Sanções econômicas*: as sanções econômicas foram adotadas em 2014, por conta da anexação da Crimeia. Elas foram voltadas inicialmente contra pessoas e entidades; posteriormente elas envolveram sanções diplomáticas e políticas para isolamento do país (transferência do cume do G-8, de 4-5 de junho, de Sochi para Bruxelas, com concomitante eliminação da Rússia do grupo, que se tornou novamente o Grupo dos 7; boicote às comemorações do 70º aniversário da vitória russa na Segunda Guerra Mundial). As sanções econômicas continuam e afetam as contas financeiras de indivíduos em posições decisórias políticas e econômicas, bem como setores estratégicos da economia russa (energia, defesa, alta tecnologia, bancos e finanças). O governo Putin reagiu com diferentes medidas: contra sanções como proibição de importação de alimentos e produtos agrícolas dos Estados Unidos, União Europeia, Austrália, Canadá e Noruega, estimulando ao mesmo tempo a sua produção interna; medidas para confrontar as restrições criadas no setor financeiro; adoção de um programa de substituição de importações no complexo industrial militar e em outros setores da economia. Houve também medidas no plano externo, como o pivô para o Leste, especialmente em entendimentos com a China. As sanções econômicas, associadas à grande queda nos preços internacionais do petróleo – principal produto de exportação da Rússia –, levaram a Rússia à

severa recessão de 2014/2015, da qual somente recentemente está ressurgindo. Últimas estimativas sobre a evolução da economia russa, feitas pelo seu Banco Central e pelo Ministério da Economia, preveem um crescimento do PIB da ordem de 1%-2% ao ano entre 2017-2020, indicador próximo dos 1,5% de crescimento médio do PIB entre 2017 e 2019, estimado por Bank of Finland Institute for Economies in Transition (Bofit). E a batalha pela superação das sanções provocou uma consequência paralela, o crescimento do nacionalismo e o enorme apoio da população russa (superior a 80%) a V. Putin, como o defensor dos interesses nacionais. c) *Apoio aos países do Leste membros da OTAN*: esse apoio, segundo Trenin, é responsável pela criação de um estado beligerante permanente entre a OTAN e a Rússia, uma vez que esse apoio vem vinculado a pressão militar sobre esse país; que, em contrapartida propiciou uma revisão do papel das forças armadas russas (aumento das despesas militares; fato mais recente, militarização de Kaliningrado). d) *Apoio à Ucrânia e a outros estados não membros da OTAN*: segundo Trenin, os Estados Unidos não arriscariam uma guerra com a Rússia, por causa da Crimeia, deixando as questões relativas à Ucrânia por conta da Alemanha e da França. Os acordos de Minsk I e II congelaram o conflito e a Ucrânia, ainda que governada essencialmente por uma oligarquia corrupta, inclina-se para o Ocidente. A Rússia não estaria interessada em fazer um esforço maior para atrair para a sua órbita Geórgia, Moldova e Transnístria; mas estaria em franca evidência uma campanha para eliminar do Sudoeste da Europa os remanescentes da influência russa. e) *Guerra da informação*: a penetração da

internet na Rússia é da ordem de 72% e o governo Putin atua nelas. Por outro lado, a BBC TV pode ser ouvida a cabo nas principais cidades russas; a Rádio Liberty tem um estúdio na periferia (downtown) de Moscou e a Voz da América é livremente acessível na internet. Inosmi.ru publica traduções não censuradas de todos os artigos importantes publicados na mídia ocidental sobre a Rússia. A mídia estatal russa contra-ataca, mas dirige-se menos aos cidadãos russos na própria Rússia que aos cidadãos dos países vizinhos que entendem a língua russa, principalmente os Países Bálticos e a Ucrânia. f) *Cooperação e confronto*: Washington precisou da cooperação russa numa série de eventos internacionais: acordo nuclear com o Irã, compromisso para alcançar uma decisão política na Síria (eliminação das armas químicas). Para Trenin, as relações contemporâneas entre a Rússia e os Estados Unidos são altamente competitivas, devido ao choque fundamental de interesses relativos à ordem global e regional, e qualquer cooperação entre eles deve realizar-se no amplo ambiente de continua confrontação.

Trenin termina sua análise com proposições acerca de como enfrentar os desafios impostos pelas situações descritas, começando por advertir que o Ocidente deve de alguma forma perder as ilusões de uma reassociação da Rússia com ele; segundo ele, “esta porta está permanentemente fechada. A Rússia atuará à sua própria maneira e não se sujeitará a normas e convenções traçadas pelo Ocidente, tanto no que concerne à sua política doméstica, como ao seu comportamento internacional. E não vai sucumbir a pressões econômicas”. Há, entretanto, segundo ele, razões que compelem à co-

operação em algumas áreas selecionadas: não proliferação de armas de destruição de massa; e entendimentos entre os dois países, fundamentais para evolução futura militar e política na Síria contra o extremismo islâmico. Na sua avaliação, esse tipo de cooperação exigirá a presença de dois elementos: i) *No curto prazo*: Adoção de medidas de redução de risco, evitando colisões que ninguém deseja; prioridade nº 1: Ucrânia (evitar exercícios militares ao longo da linha do confronto militar nas fronteiras noroeste da Rússia); evitar a ampliação de forças estrangeiras e bases da OTAN nos Países Bálticos e na Polônia, para evitar que as relações entre a Rússia e Ocidente se tornem ainda mais militarizadas; a reação russa será uma ameaça nuclear aos Estados Unidos e aos seus aliados europeus, inclusive ao alargamento das instalações de mísseis antibalísticos de defesa na Europa Oriental e no Leste da Ásia. Com o fim dos tradicionais acordos de controle de armamento, o diálogo entre Washington e a Europa torna-se importante para ambos os lados. ii) *No médio e longo prazos*: Torna-se necessário elaborar um novo arranjo de segurança na Europa e na Grande Eurásia. O conhecido conceito de segurança precisa ser repensado, pois a tentativa de assegurá-la através da OTAN falhou. É preciso que esse conceito seja estendido para a Grande Eurásia, para incluir a China. O sistema transcontinental transoceânico que está emergindo não somente na Eurásia, mas em todo o Hemisfério Norte, inclui três grandes poderes: Estados Unidos, China e Rússia. Há um quarto grande poder em evolução: a Índia; e há um número de importantes *players* regionais, como Irã, Paquistão, Arábia Saudita e Indonésia. Para ser minimamente estável, esse siste-

ma precisa apoiar-se no princípio básico de equilíbrio entre os grandes poderes, algum tipo de balanço entre poderes regionais e adequada proteção de outros. Isso requererá a criação de uma situação em que todos os elementos-chave – i.e. os grandes poderes – se sintam satisfeitos, por sua segurança não ser ameaçada por um outro deles. Nesse arranjo, a Rússia desempenhará um papel pivotal, decorrente da sua geografia, dos seus recursos naturais e humanos, de seu poder militar, convencional e nuclear e de sua vasta experiência internacional como um *player* europeu, eurasiático e global, ao longo de vários séculos.

O autor conclui que a situação desafia o Ocidente a apresentar um enfoque estratégico mais amplo. Para ter qualquer chance de aceitação, um acordo de segurança transcontinental transoceânico precisa ser guiado por princípios de pluralismo político-ideológico de respeito mútuo.

#### Referência

TRENIN, D. *Should we fear Russia?* Cambridge, UK; Malden, MA, USA, Polity Press, 2016.

*Lenina Pomeranz* é professora livre-docente associada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. @ – lenpo@terra.com.br

Recebido 19.6.2017 e aceito em 15.7.2017.

<sup>1</sup> Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.